General Water S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Administradores e Acionistas da
General Water S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que possam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Water S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Instrumentos patrimoniais de recompra de ações

A Administração da Sociedade possui acordos formais de compra e venda de participação societária com determinados executivos, porém não houve estudos detalhados sobre os eventuais impactos desses acordos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade. Consequentemente, não nos foi possível avaliar a existência ou não de ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 em decorrência desse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

59220

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

GENERAL WATER S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.500	1.438	7.663	13.440
Aplicações financeiras	4	-	-	-	4.878
Contas a receber de clientes	5	-	-	16.558	17.754
Despesas antecipadas		116	184	489	553
Outros ativos		12	15	2.683	2.123
Adiantamentos		23	7	929	814
Total dos ativos circulantes		5.651	1.644	28.322	39.562
NÃO CIRCULANTES					
Dividendos a receber	6	100.165	-	-	-
Outros créditos a receber		101	9	310	136
Investimentos	7	29.770	135.605	37	37
Imobilizado	8	175	158	124.931	115.869
Intangível	8	149	196	1.289	1.623
Total do ativos não circulantes		130.360	135.968	126.567	117.665
TOTAL DOS ATIVOS		136.011	137.612	154.889	157.227

PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
CIRCULANTES					
Fornecedores	9	75	74	1.847	2.390
Arrendamento mercantil	10	-	-	1.017	909
Obrigações trabalhistas	11	-	-	3.271	2.974
Obrigações tributárias	12	-	5	3.912	3.942
Outras obrigações	13	-	1.747	-	1.747
Dividendos a pagar	16.3.c)	5.484	1.371	5.484	1.371
Total dos passivos circulantes		5.559	3.197	15.531	13.333
NÃO CIRCULANTES					
Arrendamento mercantil	10	-	-	2.856	3.664
Partes relacionadas	14	13	6	-	-
Obrigações tributárias	12	-	-	1.111	1.110
Dividendos a pagar	16.3.c)	34.997	-	39.188	-
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15	12	-	256	-
Total dos passivos não circulantes		35.022	6	43.411	4.774
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.1	84.207	84.207	84.207	84.207
Ações em tesouraria	16.2	(3.494)	(3.494)	(3.494)	(3.494)
Reserva legal	16.3.a)	13.801	12.010	13.801	12.010
Reserva de lucros	16.3.b)	916	41.686	916	41.686
Total do passivo		95.430	134.409	95.430	134.409
Participação dos não controladores		-	-	517	4.711
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.011	137.612	154.889	157.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	17	-	-	121.366	120.891
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	18	-	-	(51.695)	(49.990)
LUCRO BRUTO		-	-	69.671	70.901
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	19	(160)	(56)	(1.708)	(1.734)
Gerais e administrativas	19	(968)	(686)	(10.341)	(8.154)
Com pessoal	19	-	-	(7.660)	(7.782)
Equivalência patrimonial	7	36.929	39.700	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(12)	(566)	118	(860)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.789	38.392	50.080	52.371
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	73	210	2.599	2.280
Despesas financeiras	21	(12)	(20)	(601)	(583)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		35.850	38.582	52.078	54.068
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	22	(11)	(77)	(14.694)	(14.344)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	22	(7)	25	(44)	(119)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.832	38.530	37.340	39.605
Acionistas controladores		35.832	38.530	35.832	38.530
Acionistas não controladores				1.508	1.075
LUCRO POR AÇÃO	16.3.d)	49,07	52,77		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.832	38.530	37.340	39.605
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	35.832	38.530	37.340	39.605
Acionistas controladores	35.832	38.530	35.832	38.530
Acionistas não controladores	-	-	1.508	1.075
	35.832	38.530	37.340	39.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Total controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.207	(3.494)	10.084	34.546	-	125.343	2.477	127.820
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.530	38.530	1.075	39.605
Destinação:									
Reserva legal	16.3.a)	-	-	1.926	-	(1.926)	-	-	-
Reserva de lucros	16.3.b)	-	-	-	27.453	(27.453)	-	-	-
Dividendos distribuídos	16.3.c)	-	-	-	(13.853)	-	(13.853)	-	(13.853)
Dividendos obrigatórios	16.3.c)	-	-	-	-	(9.151)	(9.151)	-	(9.151)
Aumento ou diminuição na participação de minoritários	7	-	-	-	-	-	-	236	236
Dividendos distribuídos para não controladores	16.3.c)	-	-	-	-	-	-	(5.537)	(5.537)
Ganho ou (perda) de transação entre sócios	7	-	-	-	(6.460)	-	(6.460)	6.460	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		84.207	(3.494)	12.010	41.686	-	134.409	4.711	139.120
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	35.832	35.832	1.508	37.340
Destinação:									
Reserva Legal	16.3.a)	-	-	1.791	-	(1.791)	-	-	-
Reserva de lucros	16.3.b)	-	-	-	25.531	(25.531)	-	-	-
Dividendos Obrigatórios	16.3.c)	-	-	-	-	(8.510)	(8.510)	-	(8.510)
Dividendos Intermediários	16.3.c)	-	-	-	(41.686)	-	(41.686)	-	(41.686)
Dividendos Intercalares	16.3.c)	-	-	-	(19.793)	-	(19.793)	-	(19.793)
Dividendos Intermediários para não controladores	16.3.c)	-	-	-	-	-	-	(9.448)	(9.448)
Dividendos Intercalares para não controladores	16.3.c)	-	-	-	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Ganho ou (Perda) de transação entre sócios	7	-	-	-	(4.822)	-	(4.822)	4.822	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		84.207	(3.494)	13.801	916	-	95.430	517	95.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		35.832	38.530	37.340	39.605
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	7	(36.929)	(39.700)	-	-
Depreciação e amortização	8	54	48	17.540	17.093
Juros provisionados sobre arrendamentos	10	-	-	350	313
Provisão para perda esperada com créditos		-	-	19	141
Baixa despesa antecipada		68	-	68	-
Provisão para demandas judiciais		12	-	256	-
Rendimento de aplicação financeira		-	(8)	-	(443)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	8	-	566	24	1.145
Imposto de renda e contribuição social	22	18	52	14.738	14.463
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	1.177	(1.468)
Adiantamentos		(16)	(5)	(115)	(415)
Despesas antecipadas		-	(7)	64	(3)
Outros ativos		(90)	-	(802)	(1.018)
Fornecedores		1	(5)	(533)	(62)
Obrigações trabalhistas		-	-	297	176
Obrigações tributárias		(6)	(61)	21	149
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.056)	(590)	70.444	69.676
Juros sobre arrendamento mercantil - Pagos	10	-	-	(350)	(313)
Imposto de Renda e contribuição social - Pagos		(4)	(23)	(14.788)	(14.155)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.060)	(613)	55.306	55.208
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira		-	812	4.878	1.969
Aumento na participação de minoritários	7	-	236	-	236
Recebimento de dividendos	7	37.777	22.870	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	7	-	(37)	-	(37)
Aquisição de Imobilizado	8	(24)	(294)	(26.066)	(25.705)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		37.753	23.587	(21.188)	(23.537)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Arrendamento mercantil - pagamento principal	10	-	-	(936)	(931)
Reaquisição de ações próprias	13	(1.747)	(1.747)	(1.747)	(1.747)
Partes relacionadas		(6)	2	-	-
Dividendos pagos	16.3.c)	(30.878)	(21.633)	(37.212)	(27.170)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(32.631)	(23.378)	(39.895)	(29.848)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.062	(404)	(5.777)	1.823
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.438	1.842	13.440	11.617
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	5.500	1.438	7.663	13.440
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.062	(404)	(5.777)	1.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Water S.A. ("Sociedade" ou "Controladora") é uma sociedade de capital fechado constituída em 9 de outubro de 2000 com sede na cidade de São Paulo - SP e tem por objeto social a captação, tratamento e distribuição de águas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, e administração de bens e negócios. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas, o benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (a) determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

	Participação - %	
Entidades controladas	2025	2024
General Water Águas Ltda.	96,01	96,01
General Water Saneamento Ltda.	95,97	95,97
Águas de Porto Feliz Ltda.	100,00	100,00
General Water Sistemas Brasil Ltda.	99,45	99,45

General Water Águas Ltda. ("GWA"), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de água, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água ("ETA") próprias alocadas em seus clientes. Além de sua atividade principal oferece como atividade secundária o tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto ("ETE"), também próprias alocadas em seus clientes.

General Water Saneamento Ltda. (“GWS”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de águas servidas (esgotos e efluentes). A GWS através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”) próprias alocadas em seus clientes, objetiva a prestação de serviço de tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis. Além de sua atividade principal, oferece como atividade secundária a prestação de serviços de tratamento, purificação e distribuição de água potável através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”), também próprias alocadas em seus clientes.

Águas de Porto Feliz Ltda. (“APF”), empresa limitada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na cidade de Porto Feliz - SP, foi constituída em 17 de setembro de 2009, tem por objeto social específico a captação, tratamento e distribuição de água. A APF objetiva a captação, tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz - SP. Os serviços são regulamentados e formalizados por meio do contrato de concessão pública de nº 011/2008 - Processo 195/2006 de 9 de maio de 2008, decorrente da concorrência pública de nº 01/2008 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE) pelo prazo de 240 meses.

General Water Sistemas Brasil Ltda. (“GWBR”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 19 de dezembro de 2018, tem por objeto social específico a atuação fora do Estado de São Paulo na prestação de serviços de tratamento e purificação de água e esgoto (esgotamento sanitário), inclusive para efeito de reuso para fins não potáveis, através da construção e operação de ETAs e ETEs próprias alocadas em seus clientes.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Sociedade é o real brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Uso de estimativa e julgamento

Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem:

a) Tributos

A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Classificação

A Sociedade e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Sociedade.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Sociedade.

- Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Sociedade de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos

Devido às características do contas a receber da Sociedade, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Sociedade adotou a abordagem simplificada de perdas esperada de créditos, que consiste em reconhecer as perdas esperada de créditos pela vida útil total do ativo.

Vale mencionar que o estudo da perda esperada resultou em valores imateriais em função da qualidade da carteira de clientes da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2025, a metodologia de cálculo das perdas esperada de créditos era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Sociedade concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Sociedade realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas esperada de créditos, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Sociedade atende ao modelo de perda esperada de créditos e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas esperada de créditos.

3.4. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável.
A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6. Arrendamento

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato.
A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3.7. Investimento em controlada

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado no balanço individual da controladora pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

3.8. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicativos de "impairment" que pudessem gerar perdas do valor registrado.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Sociedade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

3.10. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) - correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 mil por ano e 9% de CSLL).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Sociedade passou a reconhecer a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.13. Lucro por ação

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A Sociedade não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

3.14. Normas, alterações e interpretações de normas

Novos pronunciamentos técnicos CPC, revisões dos pronunciamentos técnicos CPC e interpretações técnico ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

A Sociedade aplicou uma série de alterações às “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações	Descrição
Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	A Sociedade adotou as alterações à IAS 21s, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Sociedade adotou a orientação técnica OCPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

A Sociedade não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis.

Normas e interpretações	Descrição
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais
IFRS18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Com exceção do IFRS 18, cujos impactos estão sendo avaliados pela Sociedade, não se espera que a adoção das demais normas listadas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Bancos (i)	5.500	1.438	7.663	13.440
Aplicação financeira (ii)		-	-	4.878
Total	5.500	1.438	7.663	18.318

(i) A fim de manter o controle de risco e disponibilidade operacional para compromissos imediatos, a Administração mantém em caixa e equivalentes de caixa, aplicado a taxas próximas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a quantia necessária para cobrir as obrigações de curto prazo.

(ii) O excedente de caixa é destinado estrategicamente para aplicação financeira de liquidez imediata, com baixo risco de crédito e volatilidade de mercado.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes	16.597	17.774
Perdas esperada de créditos	(39)	(20)
	16.558	17.754

A composição por vencimento das contas a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	15.794	16.556
Vencidos:		
entre 1 e 30 dias	369	756
entre 31 e 60 dias	63	325
entre 61 e 90 dias	41	-
acima de 90 dias	330	137
Total	16.597	17.774

Em relação aos recebíveis de clientes do mercado privado, a Administração da Sociedade entende não ser necessária a constituição de provisão para Perdas Esperada de Créditos ("PEC"), não havendo, portanto, o reconhecimento deste efeito nas presentes demonstrações financeiras para o referido canal. Para o segmento do setor público, foi realizada uma estimativa, de forma a minimizar a exposição ao risco em relação a estes montantes.

6. DIVIDENDOS A RECEBER

	Controladora	
	2025	2024
General Water Águas Ltda.	26.565	-
General Water Saneamento Ltda.	73.600	-
Total de dividendos a receber	100.165	-

Em dezembro de 2025, a Administração das controladas aprovou a destinação de dividendos aos acionistas com base nos lucros acumulados e no resultado do exercício, em conformidade com o estatuto social e a legislação societária vigente.

7. INVESTIMENTOS

As informações relativas ao investimento em suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são conforme quadro abaixo:

	Patrimônio Líquido)	Resultado do exercício	Participação - %		Saldo do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
GWA	5.397	18.500	96,01%	96,01%	5.202	31.761	17.761	15.803
GWS	4.797	17.437	95,97%	95,97%	4.604	78.358	16.705	20.662
APF	295	532	100,00%	100,00%	295	6.363	507	1.984
GWBR	19.760	1.968	99,45%	99,45%	19.668	19.123	1.956	1.251
	30.250	38.436			29.770	135.605	36.929	39.700

	Controladora				
	GWA	GWS	APF	GWBR	Total
Percentual de participação	96,01%	95,97%	100%	99,45%	
Movimentação dos investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.697	69.456	4.979	18.302	125.434
Ágio pago na compra de ações	20	-	-	17	37
Compra de cotas	17	-	-	23	40
Venda de cotas	(134)	(54)	-	(88)	(276)
Dividendos Recebidos	(14.270)	(8.000)	(600)	-	(22.870)
Resultado da equivalência patrimonial	15.803	20.662	1.984	1.251	39.700
Perda de investimento por distribuição desproporcional	(2.372)	(3.706)	-	(382)	(6.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.761	78.358	6.363	19.123	135.605
Dividendos recebidos	(16.301)	(14.176)	(6.600)	(700)	(37.777)
Dividendos declarados e não pagos	(26.565)	(73.600)	-	-	(100.165)
Resultado da equivalência patrimonial	17.761	16.705	507	1.956	36.929
Perda de investimento por distribuição desproporcional	(1.454)	(2.682)	25	(711)	(4.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.202	4.605	295	19.668	29.770

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

		Consolidado			
		2025			2024
Descrição	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10	6.918	(2.953)	3.966	3.425
Ativo de Direito de Uso	10	8.688	(5.331)	3.357	4.048
Computadores e periféricos	20	1.131	(625)	506	474
Máquinas e equipamentos	10	4.942	(1.611)	3.331	2.259
Móveis e utensílios	10	609	(238)	371	316
Software	20	750	(512)	239	302
Aparelhos de telefonia	20	200	(87)	112	122
Veículos	20	8.276	(3.983)	4.293	4.184
Máquinas e equipamentos em construção	N/A	18	-	18	28
Terrenos	N/A	20	-	20	20
Outros Intengíveis	20	209	(70)	138	54
Imobilizado em formação	N/A	18.393	-	18.393	18.022
Estação de tratamento de Água	10	75.140	(45.397)	29.743	27.732
Estação de tratamento de Esgoto	10	113.071	(51.337)	61.734	56.506
Total		238.364	(112.144)	126.220	117.492

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Benfeitoria em imóvel de terceiros	5.731	1.187	-	-	6.918
Ativo de Direito de Uso	8.462	226	-	-	8.688
Computadores e periféricos	928	203	-	-	1.131
Máquinas e equipamentos	3.452	256	-	1.235	4.942
Móveis e utensílios	498	111	-	-	609
Software	712	38	-	-	750
Aparelhos de telefonia	172	28	-	-	200
Veículos	7.130	1.533	(364)	(24)	8.276
Máquinas e equipamentos em construção	28	18	-	(29)	18
Terrenos	20	-	-	-	20
Outros	113	96	-	-	209
Imobilizado em formação	18.022	22.595	(8)	(22.216)	18.393
Estação de tratamento de Água	69.032	-	(1.113)	7.220	75.140
Estação de tratamento de Esgoto	99.257	-	-	13.814	113.071
Total	213.557	26.292	(1.485)	-	238.364

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(2.306)	(657)	0	(2.963)
Ativo de Direito de Uso	(4.414)	(923)	7	(5.330)
Computadores e periféricos	(454)	(172)	-	(626)
Máquinas e equipamentos	(1.193)	(418)	-	(1.611)
Móveis e utensílios	(182)	(56)	-	(238)
Ágio na aquisição de investimentos	(59)	(11)	-	(70)
Software	(410)	(102)	-	(512)
Aparelhos de telefonia	(50)	(37)	-	(87)
Veículos	(2.946)	(1.389)	348	(3.987)
Estação de tratamento de Água	(41.300)	(5.141)	1.106	(45.335)
Estação de tratamento de Esgoto	(42.751)	(8.634)	-	(51.385)
Total	(96.065)	(17.540)	1.461	(112.144)

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.878	853	-	-	5.731
Ativo de direito de uso	7.602	860	-	-	8.462
Computadores e periféricos	681	247	-	-	928
Máquinas e equipamentos	1.886	524	-	1.042	3.452
Móveis e utensílios	377	121	-	-	498
Software	598	114	-	-	712
Aparelhos de telefonia	112	60	-	-	172
Veículos	5.284	2172	(326)	-	7.130
Máquinas e equipamentos em construção	13	15	-	-	28
Terrenos	20	-	-	-	20
Ágio na aquisição de investimentos	113	-	-	-	113
Imobilizado em formação	18.825	21.597	(1.131)	(21.269)	18.022
Estação de tratamento de água	64.021	-	(811)	5.822	69.032
Estação de tratamento de esgoto	84.852	-	-	14.405	99.257
Total	189.263	26.563	(2.268)	-	213.557

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.794)	(512)	-	(2.306)
Ativo de direito de uso	(3.488)	(926)	-	(4.414)
Computadores e periféricos	(318)	(136)	-	(454)
Máquinas e equipamentos	(943)	(250)	-	(1.193)
Móveis e utensílios	(141)	(41)	-	(182)
Software	(290)	(120)	-	(410)
Aparelhos de telefonia	(22)	(28)	-	(50)
Veículos	(2.173)	(1.085)	312	(2.946)
Ágio na aquisição de investimentos	(48)	(11)	-	(59)
Estação de tratamento de água	(35.892)	(6.219)	811	(41.300)
Estação de tratamento de esgoto	(34.986)	(7.765)	-	(42.751)
Total	(80.095)	(17.093)	1.123	(96.065)

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	75	74	1.847	2.390
Total	75	74	1.847	2.390

O saldo de fornecedores da Sociedade é composto por compras de materiais, produtos, prestadores de serviços e outras despesas operacionais. Os prazos de vencimento desses fornecedores, conforme destacado abaixo, estão sujeitos a condições negociadas em contrato:

	Consolidado	
	2025	2024
Entre 1 e 30 dias	1.459	2.309
Entre 31 e 60 dias	309	73
Entre 61 e 90 dias	79	8
Total	1.847	2.390

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As alterações nos passivos de arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	903	3.743	4.646
Adições	52	806	858
Transferência	885	(885)	-
Juros	313	-	313
Pagamento	(1.244)	-	(1.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	909	3.664	4.573
Adições	51	185	236
Transferência	993	(993)	-
Juros	350	-	350
Pagamento	(1.286)	-	(1.286)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.017	2.856	3.873

Os vencimentos dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

Composição por vencimento	2025
2025	1.017
2026	916
2027	621
2028	630
2029 em diante	689
Total	3.873

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Consolidado	
	2025	2024
Férias a pagar	2.009	1.923
INSS sobre folha de pagamento	614	567
FGTS a pagar	196	166
IRRF sobre folha de pagamento	204	170
Outras obrigações trabalhistas	245	144
Contribuição sindical a pagar	4	4
Total	3.271	2.974

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a recolher	-	-	2.457	2.588
CSLL a recolher	1	3	999	961
PIS/COFINS a recolher	-	-	417	362
Tributos diferidos	(8)	-	1.111	1.110
Impostos retidos	7	2	39	31
Total	-	5	5.023	5.052
Circulante	-	5	3.912	3.942
Não circulante	-	-	1.111	1.110

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compras de ações a pagar (i)	-	1.747	-	1.747
Total	-	1.747	-	1.747
Circulante		1.747		1.747
Não circulante		-		-

(i) Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, a recompra, pela Sociedade, de ações para manutenção em tesouraria, no montante de R$ 3.494 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), com pagamento previsto em 24 parcelas. Em 31 de dezembro de 2025, o referido montante encontrava-se integralmente quitado.

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são relativos às operações com partes relacionadas baseadas em contratos que não possuem prazo de vencimento estipulado.

	Controladora	
	2025	2024
GWA	4	2
GWS	9	1
GWBR	-	3
Total Passivo	13	6
Saldo de partes relacionadas	13	6

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Durante o curso normal de seus negócios, a Sociedade e suas controladas estão expostas a determinadas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é constituída pelos valores estimados para processos trabalhistas, tributários e cíveis em discussão nas esferas administrativa e judicial, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, quando a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possuía três processos judiciais classificados com prognóstico de perda provável, nos montantes de R$ 12 mil (doze mil reais), R$ 5 (cinco mil reais) e R$ 226 mil (duzentos e vinte e seis mil reais), para os quais foram constituídas provisões nas demonstrações financeiras, totalizando um valor de R$ 244 mil (duzentos e quarenta e quatro mil reais) . Em relação ao processo no valor de R$ 226 (duzentos e vinte e seis mil reais), a Companhia possui depósito judicial vinculado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía processos com prognóstico de perda classificados como prováveis, conforme avaliação de seus assessores legais.

Provisão de perda possível

A Sociedade foi citada como devedora e codevedora em duas ações trabalhistas, cujo valor total pleiteado soma R$ 81 (oitenta e um mil reais). Ambas as ações são classificadas como contingências possíveis. Na ação em que figura como codevedora, os assessores consideram que o devedor principal possui capacidade financeira para arcar com o valor reclamado, caso haja condenação.

Além disso, com base na avaliação de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade não possuía ações de natureza tributária ou cível classificadas como de risco de perda possível.

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

O capital Social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R$84.207 (oitenta e quatro milhões e duzentos e sete mil reais) e está dividido em 733.852 (setecentos e trinta e três mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16.2. Ações em tesouraria

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a recompra, pela Sociedade, de ações para permanência em tesouraria, no valor de R$3.494 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil). Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que foram readquiridos, eles são reconhecidos ao custo de aquisição e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade.

16.3. Reserva de lucros

São formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e estatutárias.

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A Sociedade constituiu reserva legal no montante de R$ 1.791 (um milhão, setecentos e noventa e um mil reais), passando a reserva legal de R$ 12.010 (doze milhões e dez mil reais) em 31 de dezembro de 2024 para R$ 13.801 (treze milhões, oitocentos e um mil reais) em 31 de dezembro de 2025.

b) Reserva de retenção de lucros

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

Os dividendos serão calculados de acordo com estatuto social que assegura aos acionistas dividendos de, no mínimo, 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e compensação de prejuízos.

Durante o exercício de 2025, a Sociedade destinou o montante de R$ 69.989 (sessenta e nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil reais) para dividendos, da seguinte forma:

i. Dividendos de lucros acumulados no montante total de R$ 41.686 (quarenta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais). Desse total, R$ 29.516 (vinte e nove milhões, quinhentos e dezesseis mil reais) foram pagos em 2025 e R$ 5.484 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais) foram pagos em janeiro de 2026. O saldo remanescente de R$ 6.686 (seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais) será pago até o final de 2028, conforme aprovado em ata de assembleia geral.

ii. Dividendos provenientes de lucros do exercício no montante de R$ 28.303 (vinte e oito milhões, trezentos e três mil reais), já incluídos os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 8.510 (oito milhões, quinhentos e dez mil reais), os quais serão pagos até o final de 2028, conforme aprovado em ata de assembleia geral.

A Sociedade distribuiu, de forma desproporcional aos cotistas minoritários das controladas, o montante de R$ 4.822 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil reais).

Para fins de comparabilidade, em 2024 foram distribuídos R$ 23.004 (vinte e três milhões e quatro mil reais) em dividendos aos acionistas. Adicionalmente, R$ 6.460 (seis milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) foram destinados de forma desproporcional aos cotistas minoritários das controladas.

d) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinária, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares, exceto valor por ação):

	2025	2024
Lucro líquido	35.832	38.530
Média ponderada de nº de ações	730	730
Resultado básico por ações (em reais)	49,07	52,77

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de serviços prestados	125.964	125.471
(-) Impostos sobre os serviços	(4.597)	(4.580)
Total	121.366	120.891

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2025	2024
Mão de obra direta	(22.965)	(20.227)
Depreciação e amortização	(13.788)	(13.983)
Materiais e serviços para a operação	(8.619)	(9.564)
Insumo e produtos químicos	(3.258)	(3.415)
Outros custos	(3.065)	(2.801)
Total	(51.695)	(49.990)

19. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	(7.660)	(7.782)
Depreciação e amortização	(54)	(48)	(3.753)	(3.110)
Comerciais	(160)	(56)	(1.708)	(1.734)
Serviços prestados por terceiros	(339)	(200)	(1.887)	(1.325)
Taxas e contribuições	(73)	(27)	(783)	(681)
Energia elétrica, água, telefone e internet	-	-	(461)	(373)
Honorários advocatícios	(41)	(79)	(248)	(127)
Outros	(461)	(332)	(3.209)	(2.538)
Total	(1.128)	(742)	(19.709)	(17.670)
Gerais e administrativas	(968)	(686)	(10.341)	(8.154)
Com pessoal	-	-	(7.660)	(7.782)
Comercial	(160)	(56)	(1.708)	(1.734)
Total	(1.128)	(742)	(19.709)	(17.670)

20. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais:				
Venda de imobilizado	-	-	558	299
Outras receitas	-	-	3	160
Total	-	-	561	459
Outras despesas operacionais:				
Baixa de imobilizado	-	(60)	(1.050)	(1.109)
Ganho (Perdas e prejuízos)	-	(506)	872	(152)
Outras despesas	(12)	-	(265)	(58)
Total	(12)	(566)	(443)	(1.319)
Total	(12)	(566)	118	(860)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicação financeira	73	210	2.420	2.051
Multa e juros	-	-	145	155
Variação cambial	-	-	4	48
Descontos obtidos	-	-	30	26
Total de receitas financeiras	73	210	2.599	2.280
Tarifas bancárias	(1)	(2)	(27)	(26)
Descontos concedidos	-	-	-	(40)
Juros	(6)	-	(367)	(314)
IOF	(5)	(18)	(207)	(203)
Total de despesas financeiras	(12)	(20)	(601)	(583)
Resultado financeiro líquido	61	190	1.998	1.697

22. TRIBUTOS SOBRE LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Recebimento de clientes	-	-	127.107	123.962
Lucro presumido (32%)	-	-	40.674	39.668
Outras receitas	44	284	2.921	2.858
Outros resultados		-		-
Lucro tributável	44	284	43.595	42.525

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ (25%)	(7)	(52)	(10.771)	(10.517)
CSLL (9%)	(4)	(25)	(3.924)	(3.827)
IRPJ e CSLL (correntes)	(11)	(77)	(14.694)	(14.344)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	(1.143)	1.509
Lucro presumido (32%)	-	-	(366)	483
Outras receitas - diferença caixa x competência	29	(74)	511	(133)
Lucro tributável	29	(74)	145	350
IRPJ (25%)	‘(4)	18	(31)	(88)
CSLL (9%)	(3)	7	(13)	(31)
IRPJ e CSLL (diferidos)	(7)	25	(44)	(119)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2025	2024	2025	2024
Custo amortizado:					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.500	1.438	7.663	13.440
Aplicação financeira	4	-	-	-	4.878
Contas a receber	5	-	-	16.558	17.754
Total		5.500	1.438	24.221	36.072
Custo amortizado:					
Passivo financeiros					
Fornecedores	8	75	74	1.847	2.390
Arrendamento mercantil	9	-	-	3.873	4.573
Outras obrigações	12	-	1.747	-	1.747
Partes relacionadas	13	-	6	-	-
Total		75	1.827	5.720	8.710

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade e suas controladas possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos do tipo Non-Deliverable Forward (NDF), contratadas com instituições financeiras, utilizadas para gestão da exposição às variações cambiais decorrentes de passivos denominados em dólares.

Os contratos totalizavam US$ 120 (cento e vinte mil dólares), equivalente a aproximadamente R$ 656 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais), com vencimentos no primeiro semestre de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, a marcação a mercado dessas operações resultou em posição passiva líquida de aproximadamente R$ 4 (quatro mil reais).

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade e suas controladas não possuíam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

d) Risco de crédito

A Sociedade e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber	16.558	17.754
Ativos	16.558	17.754

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Sociedade e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

f) Risco de mercado

A Sociedade está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

g) Risco de exposição às variações cambiais

A Sociedade não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas em caso de sinistro.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e a importância, de acordo com a apólice de seguro contratada pela Sociedade, está demonstrada a seguir:

Risc o	Cobertura	Prêmio	Vencimento
Aeroportuário	2.000.000,00	6.643,81	07/02/2027
Responsabilidade civil - D&O	6.000.000,00	9.199,92	26/04/2026
Responsabilidade civil geral	10.000.000,00	30.000,00	18/12/2026
Patrimonial	9.333.320,00	10.225,73	21/01/2027
Frota Leve	8.100.000,00	55.707,03	31/07/2026
Frota Pesada	2.200.000,00	87.743,55	30/08/2026
Equipamentos	2.192.500,00	34.313,88	29/12/2026
Construção civil	1.500.000,00	3.235,89	10/05/2027

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

O valor refere-se as adições de direito de uso da nota explicativa nº 8 sendo adições de R$ 226 em dezembro de 2025 (R$ 860 em dezembro de 2024) e das adições de arrendamento da nota explicativa nº 10, sendo adições de R$ 236 em dezembro de 2025 (R$858 em dezembro de 2024).

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela diretoria em 30 de março de 2026.